

EDITAL nº 228/2022

EDITAL PARA EXAME DE SELEÇÃO PÚBLICA DE ACADÊMICOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO DEVIDAMENTE CONVENIADAS COM A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

A Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 11.788/2008, pela Resolução CNMP nº 42/2009 e pela Resolução PGJ nº 48/2021, torna público que serão abertas as inscrições para a seleção pública destinada ao preenchimento de vagas de estagiários de graduação em Direito e à formação de cadastro de reserva, nos termos deste Edital.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O processo seletivo realizar-se-á para estudantes de graduação em Direito.
2. São pré-requisitos para a nomeação do candidato aprovado neste processo seletivo:
 - a) ser estudante do curso de Direito e estar regularmente matriculado e frequente a partir do quinto período e, no máximo, no oitavo em Instituições de Ensino devidamente conveniadas;
 - b) ter disponibilidade de 6 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira no período da tarde;
 - c) ter conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário do Ministério Público;
 - d) não ter exercido, anteriormente, o total de dois anos de atividade de estágio de graduação em Direito no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
3. Todas as informações referentes a este processo seletivo serão divulgadas no Portal do MPMG, com acesso pelo link: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/servicos/concursos-e-estagios/estagios/processos-seletivos.shtml>

II- DA OFERTA DE VAGAS

1. A seleção pública regulada por este Edital destina-se ao preenchimento de 02 vagas existentes na 02ª e 06ª Promotorias de Justiça da comarca de Ribeirão das Neves/MG, assim como à formação de cadastro de reserva, observando-se, para a classificação, o disposto no item VI deste Edital.
2. Fica reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo às pessoas com deficiência, que, no momento da inscrição

declararem tal condição e cujas atribuições a serem desempenhadas sejam compatíveis com as necessidades especiais de que sejam portadores.

2.1. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá encaminhar cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e laudo médico, expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, que indique a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência e do qual conste expressamente que a deficiência se enquadra na previsão do art. 4º e seus incisos do Decreto n.º 3.298, de 20/12/1999 e suas alterações.

2.2. Poderá ser exigida a comprovação da condição de deficiência por meio de perícia realizada por junta médica oficial.

2.3. O tempo para realização das provas, e tão somente neste caso, a que pessoas com deficiência serão submetidas poderá, desde que requerido justificadamente, ser diferente daquele previsto para os demais candidatos, levando-se em conta o grau de dificuldade apresentado em decorrência da deficiência.

2.4. Ressalvada hipótese do item anterior, o candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

3. Fica reservado o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo aos candidatos que se declararem negros.

3.1. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição na seleção de estágio, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

3.2. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver selecionado ou contratado, será imediatamente desligado, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas, cíveis e penais.

3.3. O candidato que optar por concorrer às vagas reservadas aos negros, ainda que aprovado dentro do número de vagas oferecidas à ampla concorrência, submeter-se-á a avaliação por comissão de avaliação, que emitirá parecer quanto à veracidade e correção da autodeclaração prestada no ato da inscrição, quanto à condição de pessoa preta ou parda e o fenótipo do candidato.

4. A convocação de candidatos classificados obedecerá, a cada dez candidatos, a seguinte ordem:

- a) o primeiro, o segundo, o sexto, o oitavo, o nono e o décimo candidatos serão admitidos da lista de ampla concorrência,
- b) o quinto candidato será admitido da lista de pessoas com deficiência;
- c) o terceiro, o quarto e o sétimo candidatos serão admitidos da lista de negros.

5. Os candidatos com deficiência ou negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação na seleção, sendo que:

- a) os candidatos com deficiência ou negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para a ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas;
- b) na hipótese de desistência de candidato com deficiência ou negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato classificado na posição imediatamente posterior;
- c) na hipótese de não haver número de candidatos com deficiência ou negros aprovados suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

6. Após o prazo de inscrição, fica proibida qualquer inclusão ou exclusão de candidato das listas de pessoa com deficiência ou negros.

7. Os candidatos com deficiência ou negros participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima para aprovação exigida para todos os demais candidatos, em todas as etapas.

III – DO ESTÁGIO

1. A jornada do estágio será de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

2. Fica assegurado ao estudante, integrante do programa de estágio do MPMG:

- a) realização do estágio em áreas cujas atividades sejam correlatas ao seu curso de formação;
- b) recebimento da bolsa-auxílio mensal, no valor de R\$ 1.086,00 (mil e oitenta e seis reais);
- c) concessão de auxílio-transporte no valor de R\$ 9,00 (nove reais) por dia estagiado;
- d) concessão de seguro contra acidentes pessoais;
- e) recesso remunerado de 30 dias anuais, nos termos da Resolução PGJ nº 48/2021.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer a Resolução PGJ nº 48/2021 e este Edital.

2. O MPMG não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
3. O estudante interessado deverá preencher o formulário de inscrição disponibilizado no endereço eletrônico <https://forms.office.com/r/RiET9DEpK4> , no período de 18/04/2022 a 29/04/2022.
4. É de responsabilidade do candidato informar dados pessoais e escolares corretos.
5. Caso declare algum dado incorreto, o candidato poderá atualizar a informação, com o envio de novo formulário de inscrição.
6. Caso o candidato encaminhe mais de um formulário de inscrição será considerado o último envio, dentro do período de inscrição determinado neste Edital.
7. É de responsabilidade do candidato a manutenção do e-mail, telefone e dados curriculares atualizados, para viabilizar os contatos necessários, pelo e-mail estagio-inscricao@mpmg.mp.br.
8. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação das normas preestabelecidas do certame.
9. A constatação, em qualquer época, de irregularidades, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração na inscrição, implicará a eliminação do candidato, cancelando-se sua inscrição e anulando-se todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

V – DO PROCESSO DE SELEÇÃO

1. O processo de seleção compreenderá duas etapas:
 - a) prova teórica, de caráter eliminatório e classificatório, composta por questões objetivas e/ou discursivas, envolvendo os temas constantes no Anexo Único deste Edital;
 - b) entrevista de caráter eliminatório e classificatório.
2. A prova teórica será realizada no dia 06/05/2022, às 14:00 horas, com duração de 03 (três) horas, no endereço: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, localizado na Rua Vera Lúcia de Oliveira Andrade, 800, Bairro Vila Esplanada, CEP: 33805-488.

3. Para a realização das provas, o candidato deverá comparecer ao local previsto com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência, munido do original do documento de identificação usado na inscrição, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, lápis e borracha.
4. Não será admitida a entrada, no recinto da prova, do candidato que se apresentar após o horário indicado para início da prova.
5. Durante a realização das provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos, mediante verificação do documento de identidade e da coleta da assinatura.
6. Será excluído do exame o candidato que:
 - a) se negar a ser identificado, nos termos do item anterior;
 - b) se identificar na folha de respostas;
 - c) se retirar do recinto durante a realização das provas sem a devida autorização;
 - d) for colhido em flagrante comunicação com outro candidato ou pessoa estranha, por escrito ou qualquer outra forma, ou que utilizar notas, livros, impressos ou qualquer meio de consulta não autorizada;
 - e) estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação.
 - f) desrespeitar os aplicadores de prova, seus auxiliares, outra autoridade presente ou qualquer dos pleiteantes à vaga de estágio.
7. Durante a prova, será permitida consulta à legislação seca.
8. Será considerada, na avaliação, a escrita, de acordo com as regras da Língua Portuguesa.
9. Os 10 (dez) primeiros candidatos, classificados com as maiores pontuações na prova teórica, serão convocados, por e-mail ou telefone, para entrevista, referida no item V, 1, deste Edital. A entrevista poderá ser realizada de forma virtual, com data a ser agendada.
10. Havendo empate na 10^a classificação, conforme item anterior, poderá ser convocado número maior de candidatos.
10. Ao ser convocado para a entrevista, o candidato, no prazo de 48 horas, deverá encaminhar currículo atualizado para o e-mail seccivelneves@mpmp.mp.br.
11. Os quesitos que serão analisados na entrevista são:
 - A. Apresentação; B. Disponibilidade; C. Cordialidade; D. Proatividade; E. Comprometimento; F. Conhecimento.

VI - DA AVALIAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

1. Será atribuída a nota de 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos à avaliação teórica e de 0 (zero) a 50 (cinquenta) para a entrevista, somando-se um total de 100 (cem) pontos.

2. Será reprovado o candidato que não obtiver o mínimo de 60% (sessenta por cento) dos pontos distribuídos.
4. A classificação será obtida pela ordem decrescente da pontuação obtida pelos candidatos aprovados, que serão nomeados para ocupar as vagas disponibilizadas obedecendo-se estritamente a essa ordem.
5. No caso de empate na pontuação, terá preferência o candidato que tiver maior idade, assim considerando ano, mês e dia de nascimento.
6. Os resultados do processo de seleção serão divulgados no Portal do MPMG.

VII – DOS RECURSOS

1. Caberá recurso contra o resultado da prova teórica do processo seletivo, que deverá ser apresentado, fundamentadamente, por e-mail: seccivelneves@mpmg.mp.br, em até 2 (dois) dias úteis a contar da divulgação de pontos obtidos pelos candidatos no site do Ministério Público de Minas Gerais.
2. O recurso deverá indicar especificamente os motivos do pedido de reexame, podendo juntar documentos que entenda pertinentes.
3. O recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.
4. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos ou recursos da classificação definitiva.

VIII – DA CONVOCAÇÃO E DA NOMEAÇÃO

1. O candidato classificado será convocado, observando-se a classificação, conforme disposto no item VI deste Edital.
2. A convocação oficial será feita pela Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos por e-mail, utilizando-se o endereço eletrônico informado pelo candidato na inscrição.
3. Após convocação, o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para se manifestar, podendo aceitar a vaga ofertada ou desistir do processo seletivo e ser automaticamente excluído do cadastro de reserva.

4. Não será admitida a reclassificação do candidato para o último lugar do cadastro de reserva.
5. Será considerado desistente o candidato que não responder a convocação no prazo estipulado.
6. Caso o candidato seja convocado para vaga distinta da prevista no item II, poderá rejeitar a vaga ofertada, sem prejuízo de sua classificação no cadastro reserva.
7. É irretratável a desistência do candidato do processo seletivo.
8. Em caso de recusa ou desistência, poderá ser convocado para a vaga o candidato seguinte na ordem de classificação.
9. Caso aceite a vaga ofertada, o candidato deverá encaminhar ao e-mail estagio-nomeacao@mpmg.mp.br, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, os seguintes documentos:
 - a) documento comprobatório atualizado de regularidade escolar, emitido pela instituição de ensino, com indicação do ano ou período que está cursando e as disciplinas ministradas;
 - b) histórico escolar atualizado da instituição de ensino superior;
 - c) formulário de solicitação de nomeação (modelo disponível no Portal do MPMG);
 - d) declaração pessoal de disponibilidade de horário, inexistência de antecedentes criminais;
 - e) cópia da carteira de identidade e do CPF;
 - f) número da conta corrente ou universitária no Banco Itaú;
 - g) cópia de comprovante de endereço;
 - h) exame médico admissional;
10. Após apresentação dos documentos, deverão ser providenciados, preferencialmente por meio do Sistema Eletrônico e Informação:
 - a) termo de compromisso e plano de estágio, a serem assinados pela instituição de ensino, pelo supervisor do estágio e pelo estagiário;
 - b) formulário de solicitação de nomeação, conforme modelo disponibilizado pelo MPMG);
 - c) declaração pessoal de disponibilidade de horário, inexistência de antecedentes criminais e compromisso de não-advocacia, conforme modelo disponibilizado pelo MPMG).
11. No prazo de 15 (quinze) dias, contados da convocação, a falta de qualquer dos documentos exigidos implicará a não nomeação do candidato aprovado e à desistência tácita, ocasião em que será chamado o candidato seguinte na ordem de classificação.
12. O prazo para conclusão do processo de nomeação poderá ser dilatado, a critério do responsável pela unidade para qual o candidato foi convocado.

13. As nomeações serão feitas para início das atividades, observados os prazos previstos na Resolução PGJ nº 48/2021.

IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Para a solução de qualquer problema na inscrição ou convocação, o candidato deverá entrar em contato pelo e-mail estagio-inscricao@mpmg.mp.br ou pelo telefone (31) 3330-9996.
2. Para esclarecimento de dúvidas referente a realização da prova, incluindo correção e resultado, o candidato deverá entrar em contato pelo e-mail seccivelneves@mpmg.mp.br.
3. O prazo de validade desta seleção pública é de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, contado da data da publicação do resultado final da seleção.
4. Todas as instruções, convocações e avisos relativos à seleção regida por este Edital serão divulgados na página do MPMG, por meio do *link* <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/servicos/concursos-e-estagios/estagios/processos-seletivos.shtml>
5. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato, do que determinam as legislações vigentes de estágio, os atos normativos da Procuradoria-Geral de Justiça do MPMG e este Edital.
6. A contratação de candidato aprovado dependerá da conveniência para o MPMG.
7. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Ceaf.

Ribeirão das Neves, 12 de abril de 2022.

Flávia Roberti Ferreira

Promotora de Justiça

02ª Promotoria de Justiça de Ribeirão das Neves/MG

Vanessa Maia de Amorim Evangelista

Promotora de Justiça

06ª Promotoria de Justiça de Ribeirão das Neves/MG

Elaine Martins Parise

Procuradora de Justiça

Diretora do Ceaf

ANEXO ÚNICO

Conteúdo Programático

DIREITO CONSTITUCIONAL

Princípios constitucionais.

Da interpretação e aplicabilidade da norma constitucional.

Dos direitos e garantias fundamentais. Aplicação dos direitos fundamentais nas relações privadas.

Garantias constitucionais.

Do Ministério Público: organização, princípios, funções, garantias e vedações. Defesa do Estado e das instituições democráticas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração Pública direta e indireta; princípios; supremacia do interesse público e direitos fundamentais.

Servidores públicos.

Poderes e deveres da administração pública.

Atos administrativos.

Processo e procedimento administrativo.

Licitação e contratos administrativos.

Lei Federal n.º 8.666/1993, Lei Federal n.º 8.987/1995; Lei Federal n.º 11.079/04.

Controles da administração pública. Tipos. Atuação ministerial.

Improbidade administrativa, corrupção, atos lesivos à administração pública, responsabilização individual e coletiva (Leis 4.717/65; 8.429/92; 12.846/13).

Responsabilidade civil do Estado.

Prescrição e decadência.

DIREITO CIVIL

Pessoas naturais. Personalidade e capacidade.

Direitos da personalidade.

Do negócio jurídico.

Atos lícitos e atos ilícitos.

Da prescrição e da decadência.

Da prova.

Da tutela, da curatela e da tomada de decisão apoiada.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Princípios informativos do Direito Processual Civil.

Partes e procuradores. Capacidade, deveres, responsabilidade, substituição, litisconsórcio e intervenção de terceiros. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

O Ministério Público no Processo Civil.

Competência. Modificações da competência.

Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Prazos. Comunicações dos atos processuais.

Nulidades.

Tutela provisória: tutela de urgência e tutela da evidência.

Procedimento comum. Petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Audiência de conciliação ou de mediação. Contestação e reconvenção. Revelia. Providências preliminares e saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e julgamento.

Provas: disposições gerais e provas em espécie.

Sentença. Remessa necessária. Coisa julgada. Liquidação de sentença.

Cumprimento de sentença: disposições gerais, procedimentos em espécie e defesas do executado.

Processo de execução: execução em geral, diversas espécies de execução, embargos à execução, suspensão e extinção do processo de execução.

Recursos.

Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública.

DIREITO PENAL

Princípios penais fundamentais. Teoria da norma. Âmbito de validade temporal e espacial. Conflito aparente de normas. Contagem de prazo. Sistema finalista da teoria do delito. Tipo penal: Tipicidade formal e tipicidade material. Tipicidade dolosa e tipicidade culposa. Exclusão da tipicidade. Relação de causalidade e aberratio causae. Antijuridicidade e justificação. Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Crime impossível. Erro de tipo e erro de proibição. Concurso de pessoas. Efeitos da condenação. Ação penal. Extinção da punibilidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Norma processual penal. Fontes do direito processual penal. Princípios constitucionais e infraconstitucionais. Interpretação e integração. A lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Teoria geral do processo penal e sistemas processuais. Processo Penal Constitucional. Investigação criminal. Ação Penal. Ação civil ex delicto. Sujeitos processuais. Cautelares no Processo Penal. Jurisdição e competência. Questões e procedimentos incidentes. Provas. Atos processuais. Prisão e liberdade provisória. Prazos processuais. Sentença e provimentos judiciais. Coisa julgada. Processo e procedimentos em espécie. Nulidades. Recursos. Leis 9.099/1995, 10.259/2001 e 11.313/2006 (juizados especiais criminais)

DIREITO MATERIAL COLETIVO

Interesse e legitimação na atuação do Ministério Público na defesa dos interesses sociais, meta individuais e individuais indisponíveis: Bases principiológicas e normativas. Aspectos processuais e principiológicos da Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985). Compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais.

Inquérito civil e recomendação.

Ação civil pública (Lei nº 7.347/1985).

Ação civil pública de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992).

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Juizado Especial Criminal (Lei 9099/95); Lei 9605/98; Meio Ambiente – Princípios – Política Nacional do Meio Ambiente - Água – Fauna e flora – Mineração – Espaços protegidos - Unidades de conservação -

Licenciamento ambiental - Controle de agrotóxicos, produtos nocivos e tóxicos - Resíduos sólidos - Improbidade ambiental – Políticas florestal e de proteção à biodiversidade em Minas Gerais.

Habitação e urbanismo – Princípios e objetivos da política urbana - Estatuto da Cidade - Função social da propriedade e da posse - Programas habitacionais de inclusão - Direito de moradia - Plano Diretor e gestão democrática - Imposições e restrições urbanísticas - Parcelamento do solo urbano - Acessibilidade e mobilidade urbanas - Poluição visual - Regularização fundiária.
Patrimônio cultural – Instrumentos de proteção.

Ribeirão das Neves, 12 de abril de 2022.

Flávia Roberti Ferreira

Promotora de Justiça

02ª Promotoria de Justiça de Ribeirão das Neves/MG

Vanessa Maia de Amorim Evangelista

Promotora de Justiça

06ª Promotoria de Justiça de Ribeirão das Neves/MG

Elaine Martins Parise

Procuradora de Justiça

Diretora do Ceaf